

R



www.cnti.org.br

MATÉRIAS VEICULADAS NA INTERNET

Brasília-DF, 08 de novembro de 2024

MTE promove Seminário da Negociação Coletiva Trabalhista



Nos dias 11 e 12 de novembro, realizaremos, em São Paulo, o Seminário de Promoção da Negociação Coletiva Trabalhista, em São Paulo, no Auditório da Fundacentro, Rua Capote Valente, 710, Jd. Paulista, São Paulo/SP, no âmbito da Semana Nacional de Promoção da Negociação Coletiva/2024.

O êxito do evento depende de uma importante participação, presença e representatividade das entidades sindicais de trabalhadores e empregadores. A programação será a seguinte:

Dia 11 de novembro, segunda-feira:

8h30 - Credenciamento;

9h30 – Abertura com a presença do Ministro do Trabalho e Emprego;

10h30 – Painel 1 - Economia do cuidado e negociação coletiva:

13h30 – Painel 2 - Inteligência artificial e negociação coletiva ;

15h30 – Painel 3 - Promovendo políticas de igualdade na negociação coletiva.

Dia 12 de novembro, terça-feira:

9h00 – Painel 4 - Transição justa na negociação coletiva;

11h00 - Painel 5 - Negociação coletiva no setor público;

12h30 – Palestra - A Declaração de Empresas Multinacionais da OIT e a Negociação Coletiva;

14h00 - Painel 6 - Diálogo Social / Segurança e Saúde no Trabalho / negociação coletiva;

16h00 - Encerramento.

O convite é para dirigentes, ativistas sindicais e

demais interessados em participar ativamente do Seminário. O link para inscrição segue abaixo:

CLIQUE AQUI E INSCREVA-SE



Fonte: NCST

Antônio Queiroz: Desafios do governo Lula nos próximos 2 anos

A gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) enfrenta período crítico que exigirá série de ações estratégicas para consolidar o governo e superar desafios internos e externos. O sucesso do governo nos próximos 2 anos dependerá, em grande medida, do desempenho econômico, mas também da forma como Lula lidará com eventoschave da conjuntura política nacional e internacional.

Dentre esses desafios estão: o impacto das eleições municipais, o retorno de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, a necessidade de ajuste fiscal sustentável e as negociações para



eleição dos presidentes da Câmara e do Senado.

O crescimento econômico é fator essencial para que o governo Lula conquiste a estabilidade e a







www.cnti.org.br -

MATÉRIAS VEICULADAS NA INTERNET

Brasília-DF, 08 de novembro de 2024

popularidade necessárias para implementar o projeto de governo. Nesse sentido, o desempenho econômico deve estar ancorado em aumento do PIB, na geração contínua de emprego e renda, no controle da inflação e na redução das taxas de juros.

A perspectiva de retomada de investimentos, tanto públicos quanto privados, será pilar nesse processo, especialmente em áreas estratégicas, como infraestrutura e tecnologia verde.

Peça-chave

O ajuste fiscal será peça-chave para a estabilidade econômica e, consequentemente, para a confiança do mercado. Esse ajuste envolve a aprovação de reformas tributárias, que visam arrecadação mais justa, e o corte de despesas, que precisa ser conduzido com cautela para não atingir apenas as camadas mais vulneráveis da sociedade.

O apoio de aliado na presidência do Banco Central pode contribuir tanto para a gestão da política monetária, promovendo a redução das taxas de juros, quanto para relação mais harmoniosa com o mercado financeiro, especialmente no que tange ao controle da inflação.

As eleições municipais representaram momento de teste político importante para a base aliada do governo. Embora as forças políticas no Brasil tenham mantido configuração relativamente estável, com leve crescimento de partidos de direita, a percepção popular foi de que o governo Lula teria saído derrotado dessas eleições.

Esse sentimento se deve, em parte, à narrativa promovida por setores da mídia e da oposição, que buscaram criar imagem de enfraquecimento da base governista. No entanto, os números revelam continuidade de força nos partidos de centro e esquerda, os quais mantiveram quantidade significativa de prefeitos e vereadores.

Nesse contexto, a habilidade do governo em moldar a narrativa será crucial. Lula precisará reforçar a ideia de que sua base política continua estável, promovendo ações que demonstrem a capacidade de o governo atender às demandas locais e fortalecer o apoio em regiões estratégicas. Isso pode ser feito tanto por meio de investimentos em políticas locais quanto pelo incentivo às alianças regionais que ampliem o alcance da base, especialmente com vistas às próximas eleições presidenciais.

Vitória de Donald Trump

A vitória de Donald Trump nas eleições americanas representa desafio complexo para o governo Lula, especialmente na dimensão geopolítica.

Trump, ao contrário de Joe Biden, tende a adotar

postura mais conservadora e menos cooperativa com líderes progressistas da América Latina, além de ter demonstrado afinidade política com figuras da extrema-direita brasileira, como o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Para Lula, gestão diplomática cuidadosa será essencial para neutralizar qualquer interferência negativa que a presidência de Trump possa ter sobre a política interna do Brasil e sua posição internacional.

O presidente brasileiro, que manifestou apoio à candidatura de Kamala Harris, terá de empregar suas habilidades diplomáticas e buscar canais de diálogo que preservem os interesses brasileiros em cenário de possíveis tensões. Isso pode incluir diplomacia ativa com países europeus e maior aproximação com nações da América Latina, promovendo visão de solidariedade regional.

Desgaste ao governo

O ajuste fiscal é outro ponto sensível que trará desgaste ao governo, especialmente porque envolve medidas de corte de despesas que podem afetar políticas públicas para as classes mais vulneráveis. No entanto, caso seja bem calibrado, é passo necessário para a sustentabilidade das contas públicas e para atender às demandas do mercado por gestão responsável dos recursos.

Uma das estratégias para compensar os eventuais impactos sociais é a de enfrentar privilégios econômicos de setores que historicamente se beneficiaram de isenções fiscais e incentivos.

Essa abordagem visa distribuir o sacrifício de forma mais equitativa, garantindo que a população mais pobre, que depende diretamente das políticas sociais, não seja a mais penalizada. A Reforma Tributária, focada em simplificar e tornar mais progressiva a carga de impostos, será complemento necessário para tornar o ajuste fiscal mais justo.

Congresso Nacional

A eleição dos novos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em fevereiro de 2025, será oportunidade crucial para o governo consolidar sua base de apoio parlamentar.

Em cenário em que as reformas e ajustes fiscais dependerão da aprovação do Legislativo, é vital que o governo consiga estabelecer base de apoio sólida, que inclua partidos como o União Brasil, MDB e Republicanos. Esses partidos, embora integrem o governo, ainda se mostram hesitantes em se comprometer como parte efetiva da base aliada.

O apoio de partidos de centro e centro-direita será determinante para a continuidade do projeto político sob a liderança de Lula. Conseguir estabelecer essa







www.cnti.org.br

MATÉRIAS VEICULADAS NA INTERNET

brasileira:

Brasília-DF, 08 de novembro de 2024

aliança estratégica pode facilitar a implementação das reformas desejadas e também criar plataforma sólida para a sucessão em 2026.

O governo, portanto, precisará adotar postura de negociação pragmática, oferecendo incentivos e compromissos políticos que fortaleçam a coalizão de centro.

Anos decisivos

Os próximos 2 anos, portanto, serão decisivos para o governo Lula. As demandas econômicas, os desafios políticos internos e as incertezas externas criarão ambiente de alta complexidade que exigirá habilidade política, gestão competente, habilidade diplomática e capacidade de articulação.

Lula terá que equilibrar as demandas da base progressista com as exigências de estabilidade fiscal e atrair o centro político para garantir a governabilidade necessária para consolidar seu legado.

(*) Jornalista, analista e consultor político, mestre em Políticas Públicas e Governo (FGV). Sócio-diretor das empresas "Consillium Soluções Institucionais e Governamentais" e "Diálogo Institucional Assessoria e Análise de Políticas Públicas", foi diretor de Documentação do Diap. É membro do Cdess (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável) da Presidência da República Conselhão. Publicado originalmente na revista eletrônica Teoria&Debate.

1) a ditadura militar agrediu e reprimiu a ação sindical, mas respeitou (com raras e não duradouras

Para nos situarmos em dois momentos da vida

exceções) a sua institucionalidade;

2) na deforma trabalhista de Rogério Marinho a instituição foi atacada, rompendo um pacto pluridecenal que vigorava na sociedade, vindo a afetar, como consequência, a própria capacidade de ação sindical, por falta de recursos financeiros, por exemplo.

Fica evidente que nesta dialética entre ação e instituição o princípio é a ação (como no Fausto de Goethe) e a institucionalização a garante, a reforça ou a dificulta.

A cada momento e em cada conjuntura favorável ou desfavorável a ação sindical necessária se apoia nas instituições existentes e o sindicato exerce o seu papel, ou então, como acontece agora no Brasil, a ação sindical tem que se preocupar em valorizar as instituições que são garantidoras do sindicato.

João Guilherme Vargas Netto, consultor sindical

Fonte: Agência Sindical

Ação e instituição -João Guilherme Vargas Netto



O sindicalismo é a resultante de componentes que equilibram como duas pernas: a ação e a instituição.

Fonte: Diap

A ação é tudo aquilo que agita os trabalhadores e trabalhadoras e impulsiona sindicato:

sindicalização, campanhas salariais, assembleias, greves, comunicação e festividades.

O institucional é o que garante, em uma dada sociedade e época, a existência, as prerrogativas e os procedimentos do sindicato: Constituição, legislações, estruturas (o próprio sindicato!), negociações formais e costumes vigentes.

A vida de um sindicato se equilibra, portanto, entre estes dois polos; ora predominando, a ação, ora predominando a instituição, às vezes equilibradas, às vezes com predominância desequilibradora de uma delas. Em geral, fala-se "movimento sindical" obscurecendo o papel institucional.

STF valida contratação de servidor público por meio da CLT

Corte entendeu que reforma administrativa feita durante o governo de Fernando Henrique Cardoso não violou regras de tramitação



Marcello Casal Jr/Agência Brasil/Agência Brasil

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) validou, quarta-feira (6/11),uma nesta constitucional que permitiu, em 2000, a contratação de servidores públicos por meio de um regime baseado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o mesmo adotado no mercado provado. O tema estava em tramitação na corte há 24 anos.

A admissão por esta modalidade foi implantada na reforma administrativa feita no governo de Fernando







www.cnti.org.br

MATÉRIAS VEICULADAS NA INTERNET

Brasília-DF, 08 de novembro de 2024

Henrique Cardoso, em 1998. A emenda extinguiu a obrigatoriedade do Regime Jurídico Único (RJU) nas contratações pelo poder público.

No Regime Jurídico da União, os servidores se tornam estáveis após três anos de trabalho e só podem ser demitidos após processo administrativo disciplinar. No caso de quem é contratado via CLT, não existe estabilidade e a demissão pode ocorrer de maneira simplificada.

Prevaleceu no Supremo o voto do ministro Gilmar Mendes. A corte não avaliou o teor da emenda, mas, sim, a legalidade da tramitação. Partidos políticos alegaram que a aprovação foi irregular, pois a emenda constitucional não tramitou em dois turnos na Câmara e no Senado. Porém, Gilmar entendeu que houve ajuste na redação da proposta.

Fonte: Correio Braziliense

Indústria calçadista criou 14,5 mil empregos até setembro

Com o resultado, setor encerrou setembro com estoque de 294,77 mil empregos diretos na atividade



Dados elaborados pela Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), com base no levantamento do MTE, apontam que, entre janeiro e setembro, o setor criou mais de 14,5 mil empregos. No recorte de setembro foram 2,1 mil postos criados. Com isso, a indústria calçadista encerrou o mês nove com um estoque de 294,77 mil empregos diretos, 2% menos do que no mesmo mês de 2023 e 4,3% acima do mesmo mês de 2019, antes da pandemia de Covid-19.

O presidente-executivo da Abicalçados, Haroldo Ferreira, avalia que o desempenho reflete uma recuperação gradual da atividade, que criou mais de 8 mil empregos somente no segundo semestre. "Até agosto, o consumo aparente de calçados cresceu cerca de 9%, o que tem impacto na demanda produtiva e, consequentemente, na geração de

empregos em uma indústria que é intensiva em mão de obra", comenta. Para 2024, a Abicalçados estima um crescimento de até 3,2% na produção de calçados, alcançando um volume de mais de 890 milhões de pares. "O varejo nacional, que absorve mais de 85% das vendas da indústria calçadista, tem sido o motor desse incremento", explica o dirigente, acrescentando que a expectativa é bastante positiva, em especial, para a feira BFSHOW, que, em novembro, irá abastecer o varejo para o final de ano.

Estados

O estado que mais emprega na atividade segue sendo o Rio Grande do Sul, que entre janeiro e setembro criou 1,77 mil postos, encerrando o mês nove com estoque de 84,74 mil empregos diretos, 5% menos do que no mesmo mês de 2023.

No segundo posto entre os estados empregadores aparece o Ceará. Entre janeiro e setembro, as fábricas cearenses criaram 3,68 mil vagas, encerrando o período com estoque de 68,9 mil empregos, 0,6% mais do que no intervalo correspondente do ano passado.

Na sequência entre os principais empregadores da atividade aparece a Bahia (com 1,36 mil empregos gerados no período e estoque de 42,16 mil postos diretos, 1,2% menos do que em 2023) e São Paulo (com 4,26 mil postos gerados no período e estoque de 34 mil empregos diretos, 0,2% menos do que em 2023).

Fonte: Abicalçados

